

Entre a subversão e o prazer: uma análise da repressão às sexualidades desviantes durante a Ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985)

Between subversion and pleasure: an analysis of the repression of deviant sexualities during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985)

JOÃO VITOR SOARES PEREIRA DE FARIA

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: joaovspf@unipam.edu.br

EUNICE APARECIDA CAIXETA

Professora orientadora (UNIPAM)

E-mail: eunice@unipam.edu.br

Resumo: O período ditatorial brasileiro, 1964-1985, inaugurou um tempo de perseguição, horror e de exceção na frágil República Brasileira. Diversos movimentos e grupos sociais, lideranças políticas, estudantes, jornalistas e professores foram perseguidos e torturados. Centenas de vidas e sonhos são ceifados nos porões da ditadura civil-militar, e aqueles que sobreviveram tiveram seus direitos cerceados pelo Estado autoritário. Este trabalho busca resgatar os mecanismos e os discursos proferidos pela Ditadura Militar contra as sexualidades que se desviavam do padrão heteronormativo da época, bem como, delimitar e divulgar as formas de resistência desses grupos supracitados. Nesse sentido, levando em consideração os métodos qualitativos de pesquisa, baseados na revisão bibliográfica crítica que trata dos assuntos, foi possível perceber e inferir a recusa em aceitar a legitimidade e a orientação sexual dessas pessoas. Outrossim, a opressão, muitas vezes tácita, outras, escancarada, que o Estado desferiu contra esses grupos minoritários compostos por: lésbicas, travestis, transsexuais, homossexuais foi deveras polimorfa, se reinventando em todas as décadas desse passado sombrio.

Palavras-chave: Brasil. Ditadura civil-militar. Sexualidades. Movimentos Sociais. Resistência.

Abstract: The Brazilian dictatorship period, from 1964 to 1985, inaugurated a time of persecution, horror, and exception in the fragile Brazilian Republic. Several social movements and groups, political leaders, students, journalists, and teachers were persecuted and tortured. Hundreds of lives and dreams were cut short in the basements of the civil-military dictatorship, and those who survived had their rights curtailed by the authoritarian state. This work aims to rescue the mechanisms and speeches made by the Military Dictatorship against sexualities that deviated from the heteronormative standard of the time, as well as to delimit and publicize the forms of resistance of these aforementioned groups. In this sense, based on qualitative research methods, based on critical bibliographic review that deals with these subjects, it was possible to perceive and infer the refusal to accept the legitimacy and sexual orientation of these individuals. Moreover, the oppression, often tacit, sometimes blatant, that the state unleashed against these minority groups composed of lesbians, transvestites, transsexuals, and homosexuals was very polymorphic, reinventing itself in every decade of this dark past.

Keywords: Brazil. Civil-Military Dictatorship. Sexualities. Social movements. Resistance.

“Quero ser apenas um entre os milhões de brasileiros que resistem” (Carlos Marighella).

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 31 de março de 1964, militares golpistas, com respaldo da classe média e de alguns setores da Igreja Católica, depuseram o presidente João Goulart e implantaram em terras tupiniquins a censura, a repressão e o desrespeito aos direitos humanos. Assim, iniciou-se um período conhecido na história brasileira como Ditadura Civil-militar, que perdurou por mais de vinte anos.

O período histórico aqui analisado, denominado Ditadura Civil-militar, é assim chamado por historiadores contemporâneos para compreender de uma forma mais ampla os agentes sociais e as classes que apoiaram esse regime. Dessa forma, o termo Ditadura Militar não enquadra todas as camadas que apoiaram o golpe, causando a impressão errônea de que apenas as forças militares reacionárias do Exército estavam por trás do governo autoritário. Entretanto, nos dias atuais a nomenclatura Ditadura Civil-militar é melhor empregada porque os alicerces, as bases e a legitimidade do novo governo tinham apoio de uma parcela significativa da sociedade civil. Dessa forma, grupos heterogêneos como grandes empresários, latifundiários, setores da classe média e até mesmo parte do clero da Igreja Católica marcharam juntos com os ideais e as arbitrariedades do governo golpista.

Segundo Foucault (2020, p. 10), “[...] o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei [...]. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe como não deve existir”. Assim, a análise foucaultiana se aplica aos atos repressivos do conservadorismo instituídos pela ditadura civil-militar, visto que, além das agressões constantes às homossexualidades e dos fechamentos de espaços destinados ao público gay, houve, durante a outorga do AI-5 (Ato Institucional nº 5), exonerações em cargos públicos promovidas pelo Estado, tendo como justificativa a condição sexual de alguns indivíduos.

É importante ressaltar que, durante esse período, o movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, dentre outros) ainda não existia, nem as pessoas se consideravam como tal, portanto, seria anacrônico utilizar essa nomenclatura para englobar essas pessoas. Sendo assim, neste trabalho utilizaremos os termos *homossexualidades* e *sexualidades desviantes*¹, partindo do pressuposto de que existiam não só uma, mas um amplo espectro de sexualidades que desviavam dos padrões heteronormativos e heteroafetivos da época.

¹ Dessa forma, os termos homossexualidades e sexualidades desviantes serão utilizados para dar conta das múltiplas formas de socialização e orientações sexuais que não orbitavam no conceito heteronormativo (Homem/Mulher). Destarte, tudo aquilo que não é marcado pelo relacionamento heteroafetivo pode ser entendido como parte de uma transgressão aos padrões vigentes, aqui denominado(s) como *sexualidade(s) desviante(s)*.

Dito isso, impulsionado pelo legado da Comissão Nacional da Verdade (CNV), fundada em 2011, com o intuito de expor os crimes de violação dos direitos humanos, ocorridos principalmente na época ditatorial; este projeto de pesquisa faz-se necessário para que através da análise de tal recorte histórico, a comunidade, hoje intitulada como LGBTQIA+, seja enunciada, visto que, na História Oficial, suas vivências do período de 1964-1985 foram omitidas.

Por muitos séculos a História privilegiou e alçou a vida de diversos indivíduos, sobretudo, do sexo masculino. Os grandes heróis estampavam as capas dos jornais, eram endeusados e os mais diversos livros eram escritos sobre os seus feitos. Os manuais escolares com o apoio da Escola Metódica Positivista, inflavam ainda mais suas ações e os estudantes eram forçados a decorar datas, nomes de reis e dinastias. O documento oficial, ou seja, aquele produzido por órgãos como a imprensa e/ou o Estado, era o que valia. “A história metódica continua a dominar o ensino e a investigação em história nas universidades até os anos 1940; e inscreve uma evolução mítica da coletividade sob a forma de uma galeria de heróis e combates exemplares” (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 97).

O surgimento de novas escolas e abordagens historiográficas levou a superação de teorias organicistas e possibilitou um alargamento do sujeito e um resgate àqueles que foram paulatinamente silenciados e ocultados pela história oficial. Sobre a importância de uma história vista *de baixo*, Burke (1992, p. 59) diz que “ela proporciona um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”.

Nesse processo secular de lutas e disputas de narrativas, diversos grupos sociais foram deixados à margem da escrita histórica, duplamente silenciados: pela história oficial e pelo ambiente sócio-político hostil. Os escritos e os estudos sobre esses grupos são pouquíssimos e carecem de mais aprofundamento teórico, como é o caso das sexualidades desviantes no Brasil. Esse tema foi sempre negligenciado, da Colônia à República, e sobretudo, durante o período de 1964 a 1985, em que a democracia brasileira estava sequestrada, parece haver um completo silêncio sobre a temática. Nesse sentido, o presente trabalho propõe responder o seguinte questionamento “Qual era a real situação e quais os tipos de violência que aqueles que não se adequavam ao padrão heteronormativo enfrentaram durante o período ditatorial brasileiro?”.

Hodiernamente, o Brasil carrega o título de país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, e o que mais assassina LGBT's nas Américas de acordo com um levantamento realizado pelo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) em 2021². É urgente pensar as origens do preconceito enraizado de gênero e de orientação sexual e aprofundar o debate para além da academia para que essa problemática seja superada. Nesse sentido, a reflexão acerca da repressão às sexualidades consideradas não heteronormativas durante a Ditadura Civil-militar brasileira faz-se extremamente necessária e inadiável, uma vez que o tema encontra pouca ressonância acadêmica. A presente pesquisa pretende responder e preencher

² *Dossiê Assassinatos e violências contra pessoas trans*, realizado pelo ANTRA em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

essas lacunas. A sua relevância social está intimamente ligada à possibilidade de colocar essas pessoas que foram paulatinamente silenciadas pela Ditadura Civil-militar brasileira em evidência e mostrar a face cruel do regime àqueles que pedem a volta desse período tenebroso.

É sabido que todo escrito histórico é ideológico e que a vida pessoal interfere sim nos interesses acadêmicos. Certeau (2000, p. 67) entende que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema pertence a uma filosofia implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando à sua revelia, remete à subjetividade do autor”. Consoante a esse pensamento, este trabalho não é diferente, o interesse pela temática é o resultado da subjetividade do autor como historiador acrescido da consciência como sujeito histórico pertencente a comunidade LGBTQIA+. Desse modo, serão levadas em consideração análises críticas de obras bibliográficas e webgráficas que tratam desses assuntos.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a violência desferida pelo Estado ditatorial brasileiro e pela sociedade civil contra a população considerada “desviante”, que não se adequa ao padrão heteroafetivo. Além de tentar compreender o contexto sociopolítico e os mecanismos de repressão do Estado para com essa população.

Destarte, urge resgatar e traçar as formas de resistências e a aglutinação dos “transgressores” em coletivos de interesses em comum, bem como, recuperar e enaltecer a memória de personagens célebres e pioneiros pela liberação sexual e pela superação do regime.

2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DOS ANOS 1960

Antes de adentrarmos a temática proposta neste trabalho é necessário fazer um apanhado geral dos anos 1960 e dos acontecimentos políticos e sociais da década, traçando os antecedentes do golpe civil militar de 1964 e suas demais implicações.

Os anos sessenta, de uma forma geopolítica, estava dividido basicamente em duas áreas de influência e com dois sistemas políticos antagônicos: o socialismo, centrado na figura da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), e o capitalismo com o maior expoente: os EUA (Estados Unidos da América). Os dois países disputavam centímetro por centímetro a cena global e o mundo acabou se tornando “bipolar”. Nesse sentido, os demais países eram apenas peões no jogo de xadrez mundial.

É sabido que a democracia brasileira não é de fato plena nos tempos modernos, e nos anos sessenta esse termo era restrito. Analfabetos eram proibidos de votar, mesmo sendo uma parcela significativa da população daquela época. Outrossim, as eleições de 1960 aconteceram no dia 03 de outubro e o voto para presidente e vice-presidente eram dissociados. Ou seja, poderiam ser votados candidatos de chapas diferentes para os respectivos cargos. Faziam parte da disputa ao cargo de presidente: Jânio Quadros do PTN, Henrique Teixeira Lott do PSD e Adhemar de Barros do PSP.

Jânio Quadros, com seu discurso fácil e populista, acabou vencendo as eleições com 48,26% dos votos. Para o cargo de vice-presidente foi eleito João Goulart, gaúcho e vice durante a presidência de Juscelino Kubitschek. Jânio ficou apenas sete meses no cargo, sua figura cômica, atrapalhada e um tanto quanto atípica resultou em renúncia, no dia 25 de agosto de 1961, após flertar com figuras políticas de esquerda das Américas

e condecorar o guerrilheiro argentino Ernesto “Che” Guevara, atitude que foi mal vista pelas elites políticas. Em sua carta de renúncia, escreveu que “forças terríveis” se levantaram contra seu breve governo. Sua renúncia logo foi aceita pelo Congresso Nacional, a partir daí quem assume é o seu vice, João Goulart, que estava em uma visita diplomática à República Popular da China. O caos político estava instaurado, e o golpe que vinha em marcha imparável ganhou mais fôlego.

João Goulart assume a presidência com problemas gravíssimos para enfrentar: alta inflação, dívida externa galopante, e para intensificar o quadro o Congresso aceitaram e impuseram o Parlamentarismo como forma de governo para deixar o novo presidente engessado, uma vez que Jango era visto e associado às pautas de esquerda e conseguia dialogar com todos os espectros políticos da época. Para conseguir governar, Jango fez um referendo nacional no qual perguntava às pessoas se aceitavam o Parlamentarismo como regime de governo. O resultado foi a vitória esmagadora do Presidencialismo. Esse referendo serviu como legitimação para as chamadas Reformas de Base, propostas que foram levadas adiante pelo presidente após um breve aceno e diálogo com os mais diversos partidos e sindicatos populares da época.

As Reformas de Base nada mais eram que uma resposta a problemas estruturais brasileiros que vinham perdurando desde o Império. Eram basicamente cinco: a reforma agrária, urbana, bancária, educacional e eleitoral (que estendia o voto aos analfabetos). “O improvável aconteceu: no final de 1961, as esquerdas formaram uma coalizão sem precedentes, voltada para a aprovação e execução imediata do projeto das reformas de base – e quiseram começar pela reforma agrária” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 439).

A proposta do governo acabou não agradando nenhum pouco as elites políticas e alguns setores da sociedade civil, principalmente o exército, a Igreja e a classe média. João Goulart encurralado, decide dar vazão a suas reformas e resolve fazer um comício inflamado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ao lado de partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. A premissa era de que o tempo da conciliação havia acabado e o país poderia avançar. Cerca de 200 mil pessoas assistiram ao comício: operários, militantes de esquerda, trabalhadores do campo e profissionais liberais.

Diante dessa situação, setores da direita reacionária, do exército, da sociedade civil, das elites, de países estrangeiros imperialistas, principalmente os “defensores” da democracia, EUA, e tudo que há de mais conservador, viram o famoso fantasma do comunismo pairando sobre o Brasil. Junto a isso, e agravado o problema da inflação em março de 1964, ocorre na Praça da Sé o prelúdio do golpe. As elites e o exército precisavam de uma legitimação das camadas populares e lá estava ela.

No dia 19 de março, uma multidão saiu da praça da República e marchou compacta até a praça da Sé, carregando faixas, bandeiras e uma profusão de rosários - para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo, gritavam em coro. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade [...] reuniu em torno de 500 mil pessoas, e tinha dois propósitos: servir como resposta ao comício da Central do Brasil e lançar um eloquente apelo da

sociedade à intervenção das Forças Armadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444).

Em 31 de março de 1964, o golpe toma forma e as instituições são raptadas pelas forças do Exército. Em uma ação rápida, militares de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro marcharam até Brasília e depuseram o Presidente João Goulart, que conseguiu fugir a tempo, exilando-se. Se instaura a partir daí, o terror, a tortura e o cerceamento do Estado democrático de direito. “Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o congresso é uma instância decisória importante. Mandam agora a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de estado” (FAUSTO, 1997, p. 513).

O Estado brasileiro, agora comandado pelos militares na figura do general Castelo Branco, outorga o primeiro ato institucional, mecanismo autoritário que vai ser utilizado durante todos os governos militares. O AI-1 como ficou conhecido, tinha como premissa:

[...] reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso [...] suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o Comando Supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível-municipal, estadual e federal - e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos (FAUSTO, 1997, p. 466).

Nesse contexto, diversos políticos de carreira foram cassados, figuras como Darcy Ribeiro, Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola. Ademais, professores ligados às esquerdas foram forçados a se retirar da vida pública com aposentadorias compulsórias, como o caso do sociólogo Florestan Fernandes. Engana-se quem acredita que o golpe foi puramente obra de conspiradores ligados aos setores militares. O historiador Napolitano (2014, p. 44) diz que

[...] o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores.

É evidente a ação de atores sociais e velhos fantasmas que pairavam sobre a jovem República brasileira já há algum tempo. A homogeneidade de diversos setores serviu para legitimar e manter o cabresto ditatorial. Já sobre a configuração do Estado e as manobras jurídicas do período as historiadoras Schwarcz e Starling (2015 p. 449) pontuam que:

A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a

implementação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso.

Diante do exposto, fica claro a encruzilhada em que o país se imbricava. Os anos que se seguiram foram cada vez mais ásperos aos considerados “subversivos”, nomenclatura dada aos políticos, estudantes, grevistas, democratas e todos aqueles que se opunham ao regime. E mais uma vez, na triste História do Brasil, as classes dominantes usurparam o poder para levar adiante seu projeto político de morte, exploração e extermínio ao diferente. As classes subalternas, sempre invisíveis no jogo político, foram deixadas à margem, e os dois brasis convergiam em desastre: o campo se incendiava e a cidade agonizava.

3 UMA BREVE HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA E DA PERSEGUIÇÃO AS SEXUALIDADES DESVIANTES NO BRASIL

A perseguição ao diferente e àqueles que destoam da maioria existe há séculos, isso é algo recorrente na história da humanidade e do capitalismo. Algumas vidas são mais “dignas” que outras. As chamadas “vidas precárias” foram objetos de estudo de Butler (2019, p. 53), que entende esse conceito como

[...] a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objetos de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”.

Infere-se que o conceito de vida precária e não passível de luto se enquadra à população LGBTQIA+ ainda hoje, uma vez que a marginalização é regra na vida dessas pessoas ao longo da história. Nesse sentido, “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (FOUCAULT, 2020, p. 08).

É de conhecimento público que – durante séculos – comportamentos homossexuais foram progressivamente reprimidos e suas formas de repressão

evoluíram de acordo com o contexto social e político e suas respectivas instituições: Igreja, Estado, Ciência e Polícia. Dessa maneira, a respeito do período abordado e das relações entre essas últimas instituições, Trevisan (2018, p. 186) diz que: “[...] no Brasil juntaram-se contra a prática homossexual vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrico e a ação da polícia”. Depreende-se desse pensamento que comportamentos ditos subversivos e contra a moral e os bons costumes do período foram tratados paulatinamente como caso de polícia e quase sempre como uma doença de caráter psicológico ou defasagem hormonal, com base em teorias pseudocientíficas endossadas por médicos higienistas, que caracterizam as sexualidades desviantes como distúrbio mental ou de caráter. Sobre o discurso de verdade ecoado por essas instituições, sobretudo pela ciência da época, seu método

[...] prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastadas. Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes e os fundamentava como “verdade” (FOUCAULT, 2020, p. 60).

Voltando ao início da colonização brasileira para entender os atos opressores contra as homossexualidades, é necessário contextualizar o surgimento da opressão. Dito isso, a violência e o preconceito têm suas raízes no conservadorismo. Dessa forma, observa-se a perseguição às sexualidades desviantes ou a qualquer minoria considerada subversiva desde a nomeada “Idade Média”, tratando-se do mundo ocidental. Com a ascensão da Igreja Católica e a sua constante implantação do terror nos feudos, os cidadãos acreditavam em punições divinas caso não seguissem com rigor as regras impostas pela sua Instituição Clerical. Assim, o modelo de comportamento era o do indivíduo cristão, hétero, sóbrio e obediente aos seus superiores, sendo eles membros da Igreja ou da nobreza. É fato que, antes de desconstruído, tal comportamento permeou todas as sociedades que adotaram a religião cristã-católica, inclusive Portugal, o país que ocupou o Brasil.

Após a chegada e o choque de culturas dos ocupantes nas terras tupiniquins, a Coroa instituiu diversas de suas leis na colônia e, vinculado a isso, o pensamento religioso citado anteriormente. Dessa forma, as práticas homossexuais eram fortemente punidas, entre as sanções aplicadas destacavam-se: o degredo, jejuns obrigatórios, multas em dinheiro, trabalho forçado e até mesmo a morte por fogueira, como era proferido pela Igreja Católica na Europa, em diversos casos de insubmissão. Sobre o papel da Inquisição na repressão aos crimes de sodomia no Brasil do século XVI, podemos citar como o exemplo o caso de Domingos Pires, “solteiro de 24 anos, por sodomia, mereceu penitências em orações e jejuns, foi enclausurado para ser doutrinado durante um mês num mosteiro e precisou, claro, pagar as altas custas do seu processo” (TREVISAN, 2018, p. 150). Esse é apenas um caso dos diversos processos inquisitoriais que tratam a temática da sodomia (nome dado a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo) no Brasil quinhentista.

Entre avanços e retrocessos, o curso da História foi cruel com as pessoas que não se encaixavam com a ética da heteronormatividade e sua performance nas sociedades. No Brasil, as elites se organizavam e elaboravam novos mecanismos de repressão e opressão com base nos discursos de verdades elaborados pelas grandes instituições, conforme descreve Trevisan (2018, p. 155):

Foram também essas elites que reorganizaram continuamente a moldura da repressão sexual, de maneira sutil ou não, na vida brasileira. Às vezes criando uma densa muralha de justificações teóricas (vide os cultores da psiquiatria), às vezes disseminando em doses homeopáticas preceitos de naturalidade e normalidade, os grupos oligárquicos estiveram envolvidos em atividades que coibiram incansavelmente as práticas homossexuais entre os brasileiros em vários momentos – como a Inquisição, os códigos penais, as portarias policiais e a censura estatal.

Com a evolução das sociedades, ocorreu a redução dessas punições e perseguições, mas não do preconceito. A opressão ao desviante se encontra no cerne de cada corpo social e, dito isso, não foi diferente na chegada do regime civil-militar no Brasil. A deposição de João Goulart trouxe o general Humberto Castelo Branco ao poder, dessa forma, estava instaurada a tirania.

Falar sobre a temática e escancarar os crimes cometidos pela Ditadura civil-militar contra essa população é de extrema importância. A memória coletiva brasileira parece sofrer um grande esquecimento social nos últimos tempos, e vincular tais fatos no ambiente acadêmico e para a sociedade civil como um todo é urgente. Dessa forma,

se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa por menos que seja, a liberdade futura (FOUCAULT, 2020, p. 11).

De acordo com o autor, o simples falar sobre a temática faz com que se altere a ordem social, levando a uma transgressão de leis. Destarte, a liberdade que se almeja na sociedade hodierna é indissociável do trato de temas como o que se apresenta neste trabalho.

4 VIOLÊNCIAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

Falar de violências e suas múltiplas facetas durante esse momento implica diversas nuances e abordagens. Em primeiro lugar, é necessário destacar as lacunas das fontes sobre a temática. A maioria dos relatos não tiveram espaço na grande mídia da

época, os fatores são os mais variados: falta de interesse dos veículos de imprensa, censura, e a própria homofobia escancarada dos editoriais. Já a respeito dos documentos oficiais, sabemos que muito se perdeu ou foi perdido de propósito, após a abertura política. A maioria dos relatos encontrados são feitos pela imprensa alternativa e por testemunhas que viveram e sentiram na pele esse processo. Nesse sentido, há um vácuo de relatos durante os primeiros anos de ditadura, muito devido às arbitrariedades e à censura promovida pelos Atos Institucionais. A maior parte da documentação relatada pelos autores citados neste estudo encontra-se no período de transição no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

Primeiramente, é necessário destacar os trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade, ao tentar expor e apurar as irregularidades e as violações dos direitos humanos pelo Estado Brasileiro de 1964 a 1985. Instituída pela lei nº 12.528 de 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff, a comissão foi uma peça importante para entender e denunciar os crimes ocorridos nesse período. O relatório final entregue em 2014 conta com mais de 4.328 páginas e foi dividido em três tomos. O texto é abrangente e com muita luta e insistência de movimentos sociais foram inseridos recortes das violências perpetradas contra minorias como gays, índios e negros. Mas até mesmo em 2011, durante as discussões a homofobia é encontrada entre os relatores. Quinalha (2021, p. 16) que participou da comissão, relata que

a relevância da discussão não era algo pacífico. As questões comportamentais e morais, como a sexualidade e o gênero não eram identificadas como prioritárias ou mesmo tão importantes [...] ficando relegadas a segundo plano. [...] durante uma discussão acalorada na CNV um dos comissionados revelou sua homofobia ao questionar “por que esse tema de *viados* [sic] deveria constar no relatório”.

Com o relato acima fica evidente a persistência da homofobia institucionalizada, até mesmo em setores ditos progressistas do país, quase trinta anos depois do fim do regime que tinha como objetivo apurar suas irregularidades.

É necessário destacar inicialmente que a perseguição a esses grupos não se inicia com a ditadura “[...] fato é que houve uma intensificação dessas políticas com a concentração dos poderes nas mãos do Executivo” (QUINALHA, 2021, p. 27). Faz-se necessário elucidar a respeito do *modus operandi* que era totalmente diferente da perseguição, tortura e extermínio dos grupos que aderiram a luta armada e eram abertamente contrários ao regime

[...] o cerne das políticas sexuais empreendidas pela ditadura não era exterminar fisicamente esses grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política e a luta armada. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, dessexualizar o espaço público expulsando esses segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo.

[...] Sem sombra de dúvida, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra LGBTs seguissem sendo cometidos até hoje por agentes públicos, dada a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tais atitudes (QUINALHA, 2021, p. 33).

Desse modo, o discurso se baseava em uma estigmatização higienista que impedia as homossexualidades de serem vividas em sua plenitude em ambientes públicos, empurrando tais comportamentos para guetos, ou para ambientes privados. Os estragos dessa política são sentidos até hoje, por falta justamente de um enfrentamento corajoso e a punição de agentes que fizeram parte desse assombroso regime. Diferente do extermínio empreendido aos “inimigos políticos” do regime, não há evidências de assassinatos do Estado brasileiro contra indivíduos que performavam uma sexualidade não heteronormativa. Porém, não se deve relativizar violências, as batidas, as prisões arbitrárias e as patologizações eram uma constante na vida dessas pessoas. Como ver-se-á posteriormente.

Instituída a ditadura no país, surgem diversos órgãos de controle de informações, repressão e inteligência. Um deles é o SNI (Sistema Nacional de Informações), que foi responsável por elaborar “investigações” de opositores do regime. Uma dessas investigações chama atenção. Em 1969 diversos servidores do Itamaraty em outros países foram demitidos sob a suspeita de “subversão”. A denúncia baseou-se em

[...] boatos de embriaguez, homossexualidade, prostituição, “insanidade”, inconformidade de gênero ou de alguma combinação dessas infrações. [...] O informe recomendou a demissão de pelo menos nove diplomatas por homossexualidade, três por embriaguez pública, três por “insanidade mental” e um “em virtude de vida irregular e escandalosa, instabilidade emocional comprovada” (GREEN; QUINALHA, 2019, p. 32-33).

Fica claro o discurso intolerante a esse comportamento considerado desviante dentro dos órgãos do regime. Porém, não se sabe se de fato essas pessoas foram demitidas justamente devido a suas condutas privadas, ou se esses estigmas lhe foram imputados apenas por serem inimigos do regime. Fato é que, independente de qual seja a artimanha utilizada, os discursos que rodeavam os órgãos ditatoriais viam a homossexualidade como um comportamento atentatório a moral e aos bons costumes. Já o discurso em outra instituição do regime, a Escola Superior de Guerra (ESG) ganhava outra forma. Por lá, seus teóricos “analisaram a homossexualidade como uma ameaça patológica à segurança nacional” (GREEN; QUINALHA, 2019, p.35). Há nessa visão da ESG uma grande influência positivista, analisando a sociedade como um grande órgão funcionalista, sendo os discursos médico-legais pilares desse “pensamento”.

Além das demissões e discursos de funcionários estatais, a violência contra as sexualidades desviantes tem um destaque especial nas ruas das grandes cidades. A ampla documentação a respeito dessas batidas é encontrada nas mídias alternativas voltadas a esse público como o jornal “O Lampião da Esquina”. O principal mecanismo

utilizado para mascarar essas prisões era baseado na contravenção penal de vadiagem. Promulgada em 1941, o artigo estabelece o seguinte:

Art. 59³. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Caso não portasse a carteira de trabalho que atestasse algum vínculo empregatício qualquer cidadão poderia ser enquadrado nessa contravenção penal, que era extremamente subjetiva e as penas variavam levando em consideração classe, orientação sexual e cor.

A vulnerabilidade de grande parte da população perante a essa contravenção penal permitia que na prática policial se definisse os alvos para sua aplicação, já que bastava somente o depoimento do investigador de polícia e a falta de comprovação de renda para formular o inquérito. [...] Desde 1924, a Delegacia de Costumes utilizava a Lei de Vadiagem para prender quem realizasse práticas sexuais que não agradassem a prática policial (GREEN; QUINALHA, 2019, p. 156).

É sintomático a utilização desse mecanismo nas rondas policiais em bares, locais de socialização homossexual, hotéis e até mesmo em espaços públicos com o objetivo de cercear e confinar esses grupos em espaços que não fossem o centro de grandes capitais. Inúmeras prisões arbitrárias contra travestis, homossexuais, lésbicas, prostitutas e michês foram realizadas por agentes públicos, principalmente em São Paulo sob o comando de delegados como Sérgio Paranhos Fleury e José Wilson Richetti. Quinalha (2021, p. 42-43) corrobora essa afirmação:

Nas ruas, de forma geral, homossexuais eram assediados por batidas policiais ostensivas, que mobilizavam um número expressivo de agentes. Tais investidas ocorriam nas regiões de maior concentração dessa população, especialmente nos guetos e em espaços consagrados de sociabilidade e expressão da sexualidade, que acabavam propiciando algum acolhimento e proteção aos homossexuais. Geralmente, eram detidos sem nenhuma acusação consistente e submetidos a constrangimento públicos pela exposição de seus corpos ou de suas práticas sexuais, muitas vezes enrustidas e escondidas devido ao

³ Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses. Acesso em: 18 set. 2022.

preconceito vivido nos universos escolar, familiar e profissional.

Essas batidas e prisões se intensificavam quando eram travestis que viviam da prostituição. Presas, eram constrangidas, violentadas fisicamente e sexualmente por policiais. Além de serem extorquidas por eles para realizarem seu trabalho em paz.

“A prática corrente da prisão de quem não tivesse devidamente identificado adquiria contornos diferenciados quando essa pessoa era uma travesti, caso em que pouco importava a posse ou não de documentação. A regra era prisão sumária pela simples existência” (QUINALHA, 2021, p. 59).

Infere-se que essa opressão tinha seus contornos e alvos “preferidos” e que alguns indivíduos eram mais preteridos que outros. Para se ter ideia dessas batidas e desse contexto nas ruas de São Paulo em meados do dia 24 de maio de 1980, a Operação Rondão levou

mais de setecentas pessoas [...] presas, entre as quais encontravam-se “homossexuais, travestis, prostitutas e um elemento com posse ilegal de arma” [...] as rondas levavam “de trezentas a quinhentas pessoas por dia para a cadeia”, mas só uma pequena porcentagem, de 0,8 dos detidos, tinham passagem pela polícia (QUINALHA, 2021, p. 73).

Analisando o excerto, percebe-se o alto número de pessoas presas em uma só noite. Essas operações tinham um grande respaldo de comerciantes e da classe média que viviam nesses bairros. Além disso, os números não mentem, apenas 0,8% dos detidos tinham alguma passagem, ou seja, a prática empregada tinha muito mais a ver com a higienização e criminalização das sexualidades desviantes do que com a inibição de crimes como era vinculado na grande mídia da época.

As sexualidades consideradas desviantes e categorizadas como atentatórias à moral e os bons costumes, além de terem sido marginalizadas, oprimidas e sofrerem das mais variadas formas punitivas do Estado autoritário brasileiro, tiveram que lidar também com o preconceito, com a exclusão e com as agressões vindas da própria esquerda ortodoxa da época, que segundo Feitosa (2020, p. 01)

[...] a esquerda da transição democrática acusava o então nascente Movimento Homossexual não apenas de ser uma manifestação da decadência da burguesia como também uma causa divisionista, secundária e polêmica para os valores morais da sociedade brasileira.

Tal preconceito e segregação encontrados nos nichos de esquerda da época não ficavam atrelados somente a risos, zombarias e comentários que visavam deslegitimar a

luta dessas pessoas, chegando até a máxima de agressões físicas, partindo de acadêmicos da própria USP (Universidade de São Paulo), considerada na época como vanguarda oficial do progressismo brasileiro.

João Silvério Trevisan, escritor, jornalista, dramaturgo e defensor dos direitos das pessoas homossexuais, relata em sua obra intitulada “Devassos no Paraíso” alguns encontros do então incipiente movimento homossexual com as “elites” intelectuais esquerdistas em debates realizados pela Faculdade de Ciências Sociais da USP em 1979. Segundo Trevisan, tais debates eram calorosos e repletos de observações que demonstravam bem o pensamento da própria burocracia intelectual da época, explicitado quando um esquerdista ortodoxo reduziu a luta dos homossexuais por direitos a mera, em suas palavras, “[...] escamoteação da luta de classes” (TREVISAN, 2018, p. 321).

A violência proferida por esse setor que se intitulava progressista não se findou em tais atos, chegando, infelizmente, às vias de fato, como atestado por Trevisan (2018, p. 322):

Meses depois, fomos informados de que, na mesma faculdade onde ocorrera o debate, um ativista guei⁴ (que gostava de se apresentar, provocadoramente, com o nome feminino de Taís e desfilava travestido à noite pelas ruas de São Paulo) tinha sido atraído para um bosque nas vizinhanças e aí recebeu uma surra, que lhe custou um dente. Enquanto espancavam, os quatro militantes esquerdistas (seus conhecidos), acusavam-no de estar tentando dividir a luta do proletariado e o exortavam a parar com “essa frescura de movimento homossexual”.

Os relatos evidenciam a existência de dois lados totalmente opostos e dissonantes em mecanismos de opressão e discurso, mas concordantes, paradoxalmente, em um ponto: a legitimação do preconceito e visão sub-humana de indivíduos que destituídos e pressionados por ambos os espectros políticos encontravam-se cada vez mais em um limbo de desamparo, preconceito e marginalização que, infelizmente, perdura e permeia até hoje nessa camada social.

5 FORMAS DE RESISTÊNCIA

Diante do cenário hostil em que essas pessoas de sexualidades dissonantes enfrentavam, surgem mecanismos e formas de enfrentamento ao sistema. Iremos analisar no decorrer deste tópico algumas delas.

⁴ O autor em sua obra alega que a nomenclatura “guei” seria mais apropriada e mais brasileira em contrapartida ao termo em inglês “gay”.

Fica patente que os alvos preferidos das rondas policiais eram as travestis que trabalhavam com o *trottoir*⁵. As prisões eram recorrentes, muitas foram presas mais de quinze vezes durante o mês, e se não bastasse, policiais as extorquiam para que não fossem presas. Há relatos de estupros, violências físicas e psicológicas que as presas enfrentavam nas delegacias. Nesse sentido, uma das formas encontradas por elas para escapar dessa agressão estatal era a automutilação antes e depois de serem presas. Elas utilizam objetos cortantes como giletes, que causavam cortes profundos e resultava na transferência dessas pessoas para casas de saúde, onde eram melhor tratadas e não havia violência.

Pegas “em flagrante” [...] travestis [...] andavam municiadas com giletes, que enfiavam nos seus próprios braços como um esforço antes de serem arrastadas para os camburões policiais que as levariam para a detenção. Desse modo, elas se viam obrigadas a mutilar seus corpos, mesmo que isso deixasse marcas, para tentar escapar da violência do Estado (QUINALHA, 2021, p. 51).

Nota-se que a violência emanada pelo Estado ditatorial era tão profunda e degradante que levava as vítimas a atentarem contra a própria vida. Essas atitudes também evidenciam que elas não foram passivamente cooptadas pela situação imposta, resistiam, ao seu modo, contra a opressão e o autoritarismo.

É interessante analisar e destacar também, a forma e a capacidade resiliente dos grupos, hoje chamados de LGBTQIA+, que cada vez mais tentam se reinventar e se reconstruir de forma inclusiva para agregar sob sua égide as mais variadas formas das sexualidades humanas. Esse ato é visível no âmbito linguístico em que cada vez mais termos são deixados de lado para, paulatinamente, incluir e não segregar as sexualidades polimorfos. Nesse sentido, utilizar termos como GLS nos dias atuais é totalmente ultrapassado e segregativo dentro do próprio movimento, que deixava de incluir bissexuais, transexuais, assexuais, intersexuais e não binários.

Após o *boom* provocado pela revolta de Stonewall, nome de um famoso bar gay de Nova York, frequentado majoritariamente por pessoas de origem periférica e sexualmente desviantes do padrão, foi arbitrariamente fechado com extrema violência pelas autoridades policiais, os frequentadores do local resolveram revidar. Cansados das batidas rotineiras da polícia no estabelecimento, por motivos claramente homofóbicos, a freguesia do estabelecimento respondeu contra a ação truculenta e arbitrária desferida contra eles. Sendo assim, a Rebelião de Stonewall foi crucial, visto que ele se tornou um emblema do poder gay e lésbico. O evento em questão é considerado um marco na história contemporânea, e suas implicações ainda ressoam pelos quatro cantos do mundo.

Nesse cenário, emerge no Brasil, no auge da Ditadura Civil-militar, com o agravante desse movimento ser visto como luta de segunda importância no campo da

⁵ Termo derivado do francês que significa, em uma tradução livre, andar nas calçadas. Mas ficou mundialmente conhecido por estar associado ao andar das prostitutas e travestis à procura de clientes nas ruas.

esquerda organizada, certas formas “paramilitares” de resistência, de estudo e de luta pelos direitos de sua classe, como o grupo homossexual *Somos*, e o jornal *O Lampião da Esquina*, movimentos que nos atentaremos brevemente nesse tópico.

Golpeados pela direita e solapados pela esquerda, o então incipiente movimento gay, deixado à sorte pelo contexto político, sob a influência de nomes como Aguinaldo Silva, Peter Fry, João Silvério Trevisan, surgiu em meados de 1978, o famigerado *Lampião da Esquina*, “um título sugestivo da vida gay de rua, mas que aludia também à figura do rei do cangaço” (GREEN, 2019, p. 440). O tabloide vanguardista englobava os mais variados assuntos da vida gay cotidiana e apresentava também, de forma menos recorrente, temas progressistas para a época, como discussões sobre feminismo, lesbianismo e consciência negra. Logo, a presença de um jornal voltado para essa parte da sociedade chamou negativamente a atenção das elites. Após quatro meses da primeira tiragem do *Lampião*, a instituição jornalística foi vítima de uma extensa investigação policial, que acusava o jornal de ofender a moralidade pública. Sobre esse episódio, Trevisan (2018, p. 323) diz que:

[...] a carta da polícia federal solicitando o inquérito referia-se a nós, editores, como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, de modo que constituíamos casos situados - segundo os promotores - na fronteira da medicina patológica. [...] antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, [...] a polícia já nos julgava antecipadamente culpados.

O relato de Trevisan evidencia a arbitrariedade com nuances de preconceito jurídico-médico das instituições policiais e políticas do período, que sem base científica enquadraram as homossexualidades como doenças de caráter psicológico.

Além do jornal que, pela primeira vez, em terras brasileiras, dava voz a instâncias sociais que foram paulatinamente silenciadas ou ignoradas por séculos, surge concomitantemente, baseado em experiências efêmeras anteriores de grupos que tentaram angariar debates e lutar pelos seus direitos, o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*. Esse grupo não foi o primeiro a ser organizado, tendo antes dele, diversas tentativas falhas de aglutinar o movimento; tentativas estas que, contavam com um número ínfimo de apoiadores. A eloquência e a importância do *Somos* estão ligadas ao caráter ativista do grupo que ocupou palcos até então nunca conquistados por pessoas homossexuais em debates políticos ou ideológicos e também por sua independência perante os grupos da esquerda ortodoxa da época, que viam a busca de emancipação gay como luta secundária em comparação com a luta de classes, que era o único assunto de enfoque. A influência do grupo é notadamente observada em obras posteriores de autores das mais variadas áreas da ciência como psiquiatras, sexólogos e acadêmicos, que na visão de Green (2019, p. 443) “em vez de se apoiar nos escritos médico-legais das décadas de 1930 e 1940, esses autores em geral apresentavam a ideia de que a homossexualidade era apenas um entre muitos diferentes comportamentos sexuais possíveis, e não uma patologia”. Desprende-se desta passagem o efeito de um dos objetivos do grupo que era justamente desmistificar e verbalizar os anseios dessa classe.

Dentro do *Somos* ocorreram “[...] uma série de tentativas interessantes, [...] uma das ideias-chaves, [...] foi a de que a homossexualidade devia ser uma instância de determinação dos próprios homossexuais” (TREVISAN, 2018, p. 325). Infere-se nesse discurso a reivindicação dos homossexuais como donos da sua própria identidade e afirmação enquanto seres políticos, atitude que lhes foi negada durante séculos, sendo essa determinação secular pautada nos aparelhos de repressão estatais, religiosos ou sociais a definição daquilo que era ou não caracterizado como desviante.

Sobre o impacto e a importância desses e de outros movimentos sociais na reconstrução da nossa democracia é interessante destacar que

Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 474).

Dessa forma, consoante ao excerto, a mídia alternativa e a aglutinação dessas minorias em grupos de apoio e de luta política foram um instrumento bastante eficaz e importante para efetivar a resistência ao Estado autoritário brasileiro e posteriormente para a superação desse regime nefasto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente ante esta exposição que durante o período antidemocrático brasileiro, as pessoas consideradas desviantes da heteronormatividade foram perseguidas, presas, agredidas, demitidas, silenciadas e vítimas de um sistema preconceituoso, orientado por ideologias claramente reacionárias, higienistas, nacionalistas e teocráticas. Utilizando das mais variadas formas de ação: batidas policiais, discursos estigmatizantes, violência física e psicológica, o Estado brasileiro silenciou-se e recusou-se a reconhecer a dignidade e a legitimidade sexual de diversos indivíduos que não se enquadravam nas performances de gênero e de orientação sexual que se esperava. Além disso, é patente que a questão foi tratada de forma diferente de acordo com o contexto, a classe social e a expressão de gênero das vítimas.

Evidencia-se, como discutido no estudo, a presença desses mecanismos opressores e segregadores até mesmo nos grupos orientados por pautas ditas progressistas na época ditatorial. Essa parte da população, deixada de lado por ambos os espectros políticos, ficou às margens da sociedade, sem amparo, sofrendo das chagas sociais seculares presentes nas mentalidades humanas desde o advento da sociedade ocidental e que tem ressonância até a hodiernidade.

Outrossim, a História Oficial e a Historiografia têm renegado e ocultado essas temáticas tão caras e necessárias a construção de uma sociedade plural e livre de injustiças sociais. Essa luta é de todos os oprimidos e simpatizantes da causa que não

aceitam e não aceitarão retroceder a períodos tão nefastos da nossa história. Urge a destruição e a superação de valores arcaicos e de instituições que emanam preconceitos em seus discursos disfarçados de opinião. Sem esquecer, é claro, que todas essas mazelas como o machismo, as homofobias, e a dominação do homem pelo homem têm denominadores em comum que precisam ser superados: o conservadorismo, o fascismo e suas bifurcações.

REFERÊNCIAS

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. **Dossiê: Assassinatos e violências contra pessoas Trans**. Brasília: Antra, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.
- BURKE, P. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- FEITOSA, C. Movimento LGBTI+ e Democracia. **Reforma Política**, 2019. Disponível em: <https://reformapolitica.org.br/2020/03/04/movimento-lgbti-e-democracia/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber (vol. 1)**. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020. 176 p. (Coleção: História da sexualidade). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.
- GREEN, J. N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2019.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2019.
- NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, Lei das Contravenções Penais**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro.-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses. Acesso em: 18 set. 2022.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.